



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Alteração da lei do jogo

O jogo e o turismo são indústrias predominantes na economia local e desempenham um papel importantíssimo na sua estrutura. As 6 licenças das 3 concessionárias e das 3 subconcessionárias de jogos expiram em 26 de Junho de 2022, ou seja, em pouco mais de 1 ano, portanto, a sociedade está muito atenta ao tratamento que o Governo vai dar às licenças, e espera que este se prepare bem e quanto antes, para evitar uma eventual renovação temporária das licenças devido à falta de tempo suficiente para as negociações e coordenação respectivas.

Na realidade, no Relatório das LAG para 2021, refere-se que vai ser revista a Lei n.º 16/2001 (Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino - adiante designada por lei do jogo), e esta revisão também está incluída no plano legislativo para este ano, é uma das 9 propostas de lei cuja apresentação pelo Governo depende de consulta pública. Segundo o Governo, a nova lei do jogo estava a ser elaborada e esperava-se que a respectiva consulta pública pudesse ter sido realizada no ano passado, no entanto, devido à Covid-19, a mesma foi adiada para o 2.º semestre deste ano, segundo as previsões. De facto, após a consulta pública, o Governo ainda tem de efectuar a análise das opiniões e sugestões e de elaborar o relatório final, portanto, não se sabe se há tempo suficiente para alterar a lei e se é possível a sua submissão à Assembleia Legislativa ainda este ano, daí o desejo de o Governo aproveitar bem o tempo para divulgar o documento da consulta e os detalhes



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

respectivos o mais rapidamente possível, com vista a permitir uma plena discussão no seio da sociedade.

Em relação à nova lei do jogo, a sociedade tem sempre focado a sua maior atenção no número das licenças a atribuir, na questão da concessão e subconcessão, nos elementos extrajogo, na responsabilidade social das operadoras do jogo, no desenvolvimento interactivo entre a indústria do jogo e outras indústrias correlacionadas, e no apoio das operadoras às PME locais, entre outros aspectos. O aumento dos elementos extrajogo é uma das soluções para concretizar e promover a diversificação adequada da economia, contudo, a lei vigente não prevê que, do contrato de concessão ou subconcessão, deva constar a exigência expressa de as operadoras de jogo terem de explorar outras actividades extrajogo, nem inclui qualquer definição clara sobre os elementos extrajogo, logo, a exploração destas actividades depende da vontade e necessidade das próprias operadoras. Neste momento, as actividades extrajogo das 6 operadoras, na sua maioria, concentram-se nas áreas da restauração e das compras. Isto contribui para promover o desenvolvimento económico e disponibiliza mais opções para o consumo da população, mas traz também certa pressão ao nível da concorrência para as PME, o que se torna mais notório em tempo da epidemia, e em nada favorece o reforço da competitividade quer das operadoras quer dos sectores do turismo e do lazer.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou que ia rever a Lei n.º 16/2001 (Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino) e realizar, no 2.º semestre deste ano, uma consulta pública sobre a matéria, com vista à resolução dos problemas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

existentes e ao desenvolvimento saudável do sector. Qual é o ponto de situação da elaboração do documento de consulta? O Governo pode revelar qual o rumo a seguir na revisão?

2. O Governo deve aproveitar a oportunidade da definição da nova lei do jogo para reforçar a gestão no âmbito do regime e da forma de exploração exclusiva de jogos, assim como a regulamentação em termos do modelo de exploração e da responsabilidade social das operadoras, da definição de elementos extrajogo e da proporção das actividades, e deve ainda pormenorizar as normas respectivas, com vista a promover o desenvolvimento interactivo entre os elementos jogo e os elementos extrajogo, permitindo assim que as operadoras assumam a sua responsabilidade e contribuam para a sociedade. Vai fazê-lo?

3. O Governo deve incentivar as operadoras de jogo a criar plataformas, projectos e políticas de benefícios destinados à cooperação e intercâmbio com as PME, ou a tomar a iniciativa de promover projectos de cooperação para lançamento pelas operadoras em conjunto com as PME, aproveitando as vantagens das suas marcas e a competitividade de ambas as partes para obter mais benefícios económicos, alcançando-se assim um resultado *win win*. Vai fazê-lo?

8 de Abril de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ho Ion Sang